

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 23/Set



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3262 - Ano 2024



CNTV E SINDVIGILANTES/BA PRESENTES NA FORMATURA DAS PRIMEIRAS VIGILANTES TRANS NA BAHIA



formatura de Vigilantes na escola EBF em Salvador

Na última sexta-feira, 20 de setembro, a CNTV e o SINDVIGILANTES/BA, através dos respectivos Presidentes e Diretores, prestigiaram a formatura de uma turma de Vigilantes na escola EBF em Salvador. Esta turma foi especial, uma vez que entre formandos e formandas estão duas Vigilantes Trans.

O Sindicato teve uma participação ativa em todo o processo, aceitando a demanda e o desafio da UFBA – Universidade Federal da Bahia e da empresa MAP que buscavam contratar

para o quadro de Vigilantes profissionais com este perfil.

Aceito o desafio o Sindicato foi a campo procurar entre Vigilantes. Não encontrando entre o/as Vigilantes formados e registrados o Sindicato procurou a ajuda de entidades LGBTQIA+, que identificou potenciais candidatos, indicando alguns e no final foram selecionadas duas para o curso de formação.

A solenidade de sexta-feira contou também com a presença de representantes da



Presidente do Sindvigilantes Bahia com as novas formandas da EBF

Universidade, que foram portadores de uma mensagem gravada pelo Reitor saudando mais um passo da escola na busca representar a diversidade e o acolhimento. A empresa Map festejou as novas aquisições profissionais. Familiares e amigos da(o)s alunos também prestigiaram a solenidade.

Para o Sindicato “este momento tem significado especial, reflete o ambiente de um país democrático e inclusivo que avança no respeito a dignidade das pessoa humana, no enfrentamento da intolerância, da discriminação, dos preconceitos e do fascismo. O Sindicato quer mais profissionais comprometidos e representativos da

composição da nossa nação”, disse Paulo Brito, Presidente do Sindvigilantes/BA.

Já José Boaventura, Presidente da CNTV – Confederação Nacional dos Vigilantes disse que “a formatura acontece 11 dias após a sanção do Estatuto da Segurança Privada que preconiza a atuação dos Vigilantes na defesa da dignidade da pessoa humana, na proteção da vida e no interesse público. É simbólico e fortalece a nossa luta por respeito, reconhecimento, valorização e dignidade.”

Sejam bem vidas as nossas novas colegas de profissão.

Fonte: CNTV

Simulação de emergência do MJSP capacita agentes de segurança do Distrito Federal para situações de crise

Iniciativa faz parte da terceira edição do curso de Gestão de Crise e Segurança nas Cidades, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública



Foto: Everton Ubal

Agentes de segurança pública do Distrito Federal participaram, nessa quinta-feira (19), de uma simulação de ataque criminoso, como forma de capacitar esses profissionais para atender crises. A encenação é uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e faz parte da terceira edição do curso de Gestão de Crise de Segurança nas Cidades, oferecido pelo Governo Federal aos agentes públicos da secretaria de segurança pública das unidades da Federação.

Para o secretário nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo, a encenação faz parte de um trabalho integrado de inteligência e tecnologia. “Esses treinamentos são de extrema importância, pois as organizações criminosas

colocam em risco a população, agindo de forma planejada, ordenada e com papéis muito bem definidos, praticamente dominando cidades utilizando-se de armas pesadas sempre de alto calibre. Por isso, forças de segurança, autoridades e até mesmo os moradores precisam saber como agir para evitarmos perdas desnecessárias”, destacou.

Durante a ação, foram usados tiros de festim (balas de borracha), veículos queimados e outros elementos para dar mais veracidade ao crime, que simulou uma invasão na cidade. A medida tem como objetivo proporcionar conhecimento prático no atendimento a casos de alta complexidade e medidas preventivas, que priorizam a preservação da vida e da ordem pública.

Plano de defesa

O projeto de treinamento das forças de segurança surgiu após uma série de ocorrências de crimes que envolvem quadrilhas especializadas no roubo de grandes companhias. Nesse sentido, o curso propõe um plano de defesa e ensina as autoridades e a sociedade a se protegerem em casos de emergência.

Realizado pela Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi) e pela Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o treinamento contou com disciplinas que envolvem o domínio de cidades, evolução dos crimes violentos contra o patrimônio, preservação de local de crime, estudo de caso, análise de risco, direitos humanos e legislação aplicada. A primeira edição do curso ocorreu em junho, em São Luís (MA), e a segunda, em Paracatu (MG), em julho.

Cooperação técnica

O curso e o simulado resultam de acordo de cooperação técnica assinado em 5 de janeiro pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), organização privada e sem fins lucrativos, com mais de 160 associados, responsáveis por 85% da produção mineral do Brasil. Eles uniram forças para desenvolver programas de treinamento que visam proteger tanto as empresas quanto as comunidades. Após a experiência em Paracatu, a expectativa é que o projeto avance para outras cidades mineiras e de fora do estado.

Fonte: MJSP

CUT, centrais e MPT firmam pacto em defesa da democracia nas relações de trabalho

Ação se soma à campanha “O voto é seu e tem sua identidade”, também do MPT com as centrais, que visa coibir práticas de assédio e coação eleitoral no ambiente de trabalho, por meio de informação e denúncias

REPRODUÇÃO CSB



Na última terça-feira, 17 de setembro, o Ministério Público do Trabalho (MPT), junto com a CUT e demais centrais sindicais firmaram, em

Brasília, o Pacto Institucional para a Defesa da Democracia nas Relações de Trabalho, iniciativa que visa fortalecer o combate ao assédio

eleitoral e proteger a liberdade de voto dos trabalhadores e trabalhadoras. MPT e centrais lançaram em agosto, a campanha “O voto é seu e tem sua identidade”, que conta com canais de denúncias e materiais informativos multimídia.

O documento reforça o compromisso do MPT e das centrais de prevenir e reprimir a ocorrência de situações de assédio eleitoral, identificar e denunciar casos, inclusive no que se refere à desinformação para manipular o voto, e manter o ambiente de trabalho livre de qualquer forma de assédio.

Na cerimônia, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, reforçou a importância da defesa da democracia e da liberdade de voto. “O combate ao assédio eleitoral foi vitorioso em 2022 e será novamente nas eleições deste ano”, disse o presidente da CUT. Clemente Ganz Lúcio, do Fórum das Centrais Sindicais, ressaltou o papel das entidades na proteção coletiva dos trabalhadores.

O procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, reafirmou que “interferir na liberdade de voto configura assédio eleitoral, e que o apoio das entidades sindicais é fundamental para fortalecer o combate a essa prática”

“Precisamos avançar no enfrentamento a esse tipo de ilícito, articulando-se com a sociedade e aprimorando as ferramentas”, pontuou o procurador.

Além da CUT, assinaram o documento as centrais sindicais Força Sindical, CTB, NCST, CSB, Intersindical e a Central de Movimentos Populares (CMP). Participaram ainda do evento membros da Procuradoria-Geral do Trabalho e da Associação Nacional de Procuradores e Procuradoras do MPT (ANPT), consolidando

o compromisso das instituições na defesa da liberdade e da democracia.

Ferramentas

As centrais sindicais CUT, Força Sindical, NCST, UGT, CTB, CSB, Pública e Intersindical, junto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), abriram um canal de denúncias sobre assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024. Com o título “O voto é seu e tem sua identidade” a campanha visa alertar o trabalhador sobre o assédio para que a disputa eleitoral seja justa e embasada na liberdade absoluta de escolha.

A campanha utiliza vídeos, spots de rádio e cards na internet como ferramentas de ação. E mais: para quem quiser denunciar o assediador, de maneira segura e sem se expor, pode fazer isso pelo site www.centraissindicais.org.br/ae. As informações e dados pessoais do denunciante são preservados.

Há ainda a cartilha Assédio Eleitoral no Trabalho que traz todas as informações e orientações sobre a prática para facilitar as denúncias, protegendo os funcionários de empresas privadas, terceirizados e servidores públicos. Outros materiais, como cards e stories para redes sociais podem ser acessados no link Combate ao assedio eleitoral nas relações de trabalho.

O documentário

O filme, de aproximadamente 15 minutos, relata casos ocorridos durante as eleições de 2022 nos estados de Minas Gerais, Bahia e Pará, e explica o conceito de assédio eleitoral nas relações de trabalho.

A narrativa mostra os primórdios da coação eleitoral, citando o chamado voto de cabresto, e reforça que nos últimos tempos, a prática ganhou táticas mais sofisticadas. Ao se referir a

um dos casos de assédio em 2022, a procuradora regional do Trabalho em Santa Catarina, Marcia Kamei, explica que utilização de mídias sociais, de controle de ingresso e acesso a sistemas que controlavam a presença do trabalhador, havia uma certa coação para a participação em atos políticos que eram desenvolvidos dentro da empresa.

“Isso motivou um grupo de procuradores, especialmente da região de Blumenau e da sede Florianópolis a investigar o caso e ingressar com ação cautelar que posteriormente, através de maiores investigações, se revelou necessária a primeira ação civil pública, antes do segundo turno [de 2022], diz Kamei no filme.

Chamamos de assédio eleitoral, mas é como um chaga, uma herança triste do nosso período pós-colonial, do coronelismo do voto de cabresto- Marcia Kamei

O vídeo ainda traz relatos de casos nos demais estados como o de dois frigoríficos de Minas Gerais, pertencentes a um mesmo grupo econômico onde os trabalhadores eram

obrigados a vestir verde e amarelo e ameaça de dispensa em massa caso determinado candidato não fosse eleito.

Defesa da liberdade de voto: O procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, afirma que a postura da instituição sempre foi defender, de forma irrestrita, a inviolabilidade da liberdade de consciência, de crença, de convicção filosófica e política.

“Além do combate aos casos concretos de assédio eleitoral, nosso país precisa entender e mudar a questão estrutural que envolve esse problema que permeia a história da nossa República”, afirmou o procurador.

Ele ainda alerta que para as eleições municipais de 2024, o ‘prognóstico é ainda mais grave’, por isso o MPT tem se preparado por meio de diversas iniciativas para coibir a prática de assédio e coação eleitoral.

Fonte: CUT



Maioria no STF vota para rejeição de revisão da vida toda do INSS

A decisão mantém entendimento da Corte que derruba a possibilidade de revisão da vida toda de aposentadorias do INSS



Foto: Igo Estrela/Metrópoles @igoestrela

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, em plenário virtual, dois recursos contra a decisão tomada pela própria Corte que derruba a possibilidade de revisão da vida toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A decisão é dessa sexta-feira (20/9). As informações são da Agência Brasil.

O placar é de 7 votos a 1 pela negativa dos recursos apresentados pelo Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM).

Os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso votaram, juntamente ao relator ministro Nunes Marques, para negar os recursos.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

O único ministro que votou favorável aos aposentados foi Alexandre de Moraes, que entende que já foi decidido pelo STF a revisão da vida toda. Ainda faltam três votos.

O julgamento virtual termina na sexta-feira (27/9).

Entenda o caso

Em março, com o placar de 7 votos a 4, o STF decidiu que os aposentados não têm direito de optar pela regra mais favorável para recálculo do benefício.

A decisão anulou outra deliberação da Corte favorável à revisão da vida toda. A reviravolta ocorreu porque os ministros julgaram duas ações de inconstitucionalidade contra a Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213/1991), e não o recurso extraordinário no qual os aposentados ganharam o direito à revisão.

Ao julgarem constitucionais as regras previdenciárias de 1999, a maioria dos ministros entendeu que a regra de transição é obrigatória, e não pode ser opcional aos aposentados.

Antes da nova decisão, o beneficiário poderia optar pelo critério de cálculo que renda o maior valor mensal, cabendo ao aposentado avaliar se o cálculo de toda vida pode aumentar ou não o benefício.

Fonte: METROPOLES - Giovana Alves

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF